

BURRO-CRACIA GALOPANTE

Luís Moniz Pereira

Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL e membro do Painel Ciência e Sociedade

“Dirigir um projecto de investigação é um calvário!” É o grito de alarme acerca da burocracia hiper-trofiante e falta de pessoal de apoio que aflige os investigadores portugueses. Obriga-os a dedicar mais tempo aos trâmites amiúde burro-cráticos que ao pensar e produzir. Mesmo os melhores investigadores em Portugal estão absorvidos por tarefas de gestores, de técnicos e de secretaria.

O problema é fortemente ampliado pelo incremento significativo (e louvável) do financiamento para a ciência. A este não correspondeu o acréscimo de pessoal de apoio administrativo qualificado. Entre o investigador e o secretariado – que não sabe o suficiente de línguas estrangeiras, contabilidade, produção de relatórios de progresso, e processos de encaminhamento de projectos – é o deserto! O esforço para aumentar o financiamento sem curar resolver estas deficiências resulta mais estéril que o suposto. O temor maior é que persistam tais medíocres condições de trabalho, tornando mais difícil obter resultados em competição com outros países melhor apetrechados. E, sobretudo, que se perca a atracção de jovens talentos, que se perca a motivação para coordenar projectos pelos investigadores, e que se perca a atracção de capitais privados. Alguns seniores, como eu, optaram já por vir a concretizar a aposentação antecipada, pois não acreditam que este estado de coisas venha a mudar tão cedo.

Fazer reservas em hotéis e voos, velar pelos canhotos destes e pelos certificados de presença em reuniões, ir aos CTT enviar correio azul não autorizado, justificar o “desvio” de ter produzido mais publicações que o prometido, tratar de vistos de alunos de mestrados europeus e seus professores, detalhar quantas horas do dia se gastou nos 365 dias do ano e em que projecto, acompanhar e responder a sucessivas auditorias, repetir relatórios finais e de progresso em diferentes formatos para diferentes entidades, manter segunda contabilidade (pois os serviços centrais não são de fiar), perseguir papéis no labirinto burocrático, apagar fogos de prazos não cumpridos pela instituição, procurar verbas que se sumiram, preencher e assinar cada vez mais formulários inanes, etc., são *apenas* alguns exemplos do Kafkiano terrorismo de Estado que assola os indefesos investigadores. Mas o lento galopar burro-crático é preciso?

Tudo começou, faz anos, com as suspeitas de influências sobre a Comissão Europeia de Jacques Santer e ainda com as viagens dos nossos Deputados. Desencadeou-se desde aí uma vertigem, das alturas para baixo, de hábitos de burocracia e auditoria invasivas e autistas. Há o receio de uma qualquer futura Nomenklatura europeia para a qual, paradoxalmente, se está a contribuir. Mas porque atropelar e penalizar os pobres investigadores que, generosamente, se dedicam ao bem comum? Se sistematicamente desconfiam das instituições, estas então que paguem a factura ou reclamem. A César o que é de César.

A doença é transnacional. Coordeno um mestrado do programa europeu *Erasmus Mundus* o qual atribui bolsas a alunos não europeus, mas não os respectivos vistos. Estes estudam um ano em cada uma de duas universidades e, ao fim do primeiro ano, têm de mudar de país. O primeiro visto caduca-se no fim desse período. Um estudante que venha para Portugal no segundo ano precisará do visto português para entrar. Dado que o visto de residência já se lhe esgotou devido à permanência no país onde se encontra – por exemplo Itália – o mestrando precisará de pedir prolongamento do visto de residência para se poder vir embora! Porquê?

Porque Portugal exige que a autorização de residência na origem seja válida ainda durante dois meses quando é pedida, dada a demora da nossa burocracia em dar um visto (mais de um mês). Quer-se a garantia de se poder reexportar à força o aluno, findo aquele prazo de validade, para o país onde residia anteriormente. Mas, com as novas regras de segurança na Europa, em Itália, por exemplo, obter tal prolongamento de residência (para se poder vir embora, lembre-se) demora 4 meses.

Este é só um caso, de entre a avultada colecção de problemas “vistosos” que desejaria não ter. Há já quatro anos, sem sucesso, que o nosso e outros consórcios colocam à UE tais questões de vistos de alunos e professores – aos quais a própria UE atribui bolsas centralmente, após prolongado e criterioso processo de selecção.

Para os internacionais do futebol tais problemas não surgem, é claro. Há competições globais mais importantes!